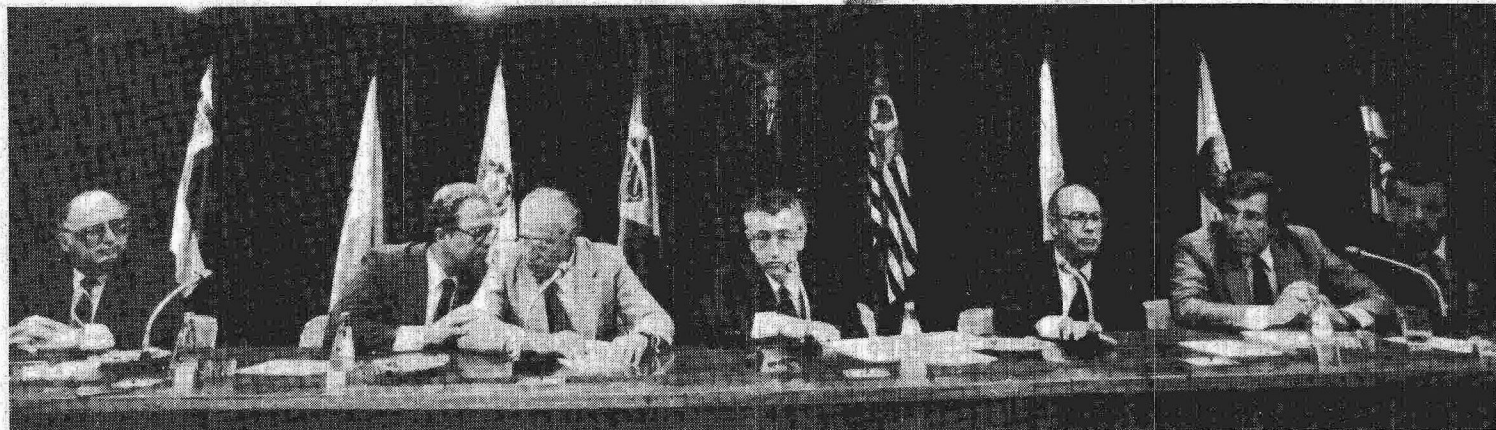


Programa de ajuda às micros

O governo decidiu ajudar a microempresa e aliviar o contribuinte. E fez isso respondendo às reivindicações de uma verdadeira "frente empresarial", composta pela Fiesp, Federação do Comércio, Associação Comercial e Ceag — Centro de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa. A ação governamental foi a de liberar recursos para capital de giro das micro e pequenas empresas, alterou os seus prazos de recolhimento de impostos, além de descomprimir a

pessoa física com a promessa de aumentar de seis para oito as parcelas do IR (Imposto de Renda) devido, mudar o desconto padrão e adiar o prazo de entrega das declarações. Paralelamente, o governo procurou esvaziar o movimento dos microempresários (com uma passeata rumo a Brasília) articulado pelo presidente da Federação das Microempresas de Santa Catarina, Pedro Cascaes. "O momento é para uma ação séria e não para movimentos que não levam a nada", disparou Roberto Della Manna, presidente do Cebrap (Centro de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa). A situação econômica pela qual atravessa o País, acrescentou Mario Amato, presidente da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) precisa de uma ação integrada das entidades empresariais. "É isso que estamos fazendo aqui", afirmou Abran Szajman, presidente da Federação do Comércio, ao anunciar as medidas antecipadas pelo governo a essa "frente".

Para dar prosseguimento a esse "esforço conjunto" e ampliar a discussão sobre os rumos da economia nacional, acabou-se confirmando, ontem, uma reunião entre as principais lideranças empresariais (incluindo com o setor agrícola e financeiro presentes), neste sábado, no Haras Rosa do Sul, de propriedade do empresário Mathias Machilline. O presidente da Fiesp esclareceu que será um encontro informal onde todos os setores da economia apresentarão sua avaliação da economia nacional.



Amato e Szajman (ao centro) comandando a frente de empresários

Será um pinga-fogo onde todos vão se pronunciar, salientou Amato, revelando que o atual presidente da Petrobrás, Osires Silva, é o "nome do meu coração" para substituir João Sayad no Ministério do Planejamento. Mas pode-se apurar, entre os empresários, que dois outros nomes estão sob o lobby cerrado dos empresários: Paulo Cunha, presidente do Grupo Ultra, e Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce. Ontem, o governador Orestes Quércia confirmou sua presença e a do presidente José Sarney no almoço.

As medidas anunciadas

Abran Szajman revelou o seguinte, em nome da "frente": já estão liberados, praticamente, Cz\$ 4,9 bilhões nas agências do BB (Banco do Brasil) para desconto de duplicatas e pagamento de impostos vencidos. Que o CMN (Conselho Monetário Nacional) se reúna hoje em Brasília para liberar mais Cz\$ 20 bilhões provenientes do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) para capital de giro das micro e pequenas empresas.

Esses recursos deverão ser repassados também pelas agências oficiais, mas especialmente pela rede bancária privada, como era desejo dos empresários, com o objetivo de reforçar a setor privado da economia. Roberto Della Manna adiantou que as taxas serão beneficiadas, ao redor de 2% a 5%, dependendo da região do País (mas alertou que isso não é oficial).

O governo decidiu também: prorrogar o prazo de recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) apenas para a microempresa industrial. Ainda sem confirmação, o governo poderá adiar os prazos de recolhimento e os débitos atrasados junto à previdência social. Segundo salientou Mario Amato, essa proposta ainda está sendo estudada pelo ministro Rafael Almeida Magalhães.

No âmbito estadual, essa "frente empresarial" revelou que já iniciou gestões junto ao novo governador Orestes Quércia para que seja utilizada uma parte dos recursos do Badesp (Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo) a banespa

(Banco do Estado de São Paulo) para aliviar as pressões financeiras sobre o setor. Amato ressaltou que Quércia mostrou disposição e já iniciou avaliação sobre o assunto.

Com relação à "pessoa física" o governo partiu para uma descompressão fiscal, com o objetivo de garantir as margens de ganho, evitando uma queda brusca no consumo e, conseqüentemente a recessão. Começou pelo IR (Imposto de Renda), ampliando de seis para oito as parcelas de pagamento do imposto devido este ano. Decidiu ainda alterar o desconto padrão nas cédulas.

Isso, observou Szajman terá um efeito imediato e positivo sobre a economia (com o que estão de acordo os demais empresários): evitar a recessão, ampliando as vendas, mantendo os ganhos reais e capitalizando as micro e pequenas empresas. Romeu Troussard, presidente da Associação Comercial, deixou claro: a recessão já estava aparecendo nas pesquisas feitas pela entidade. O retorno da inflação e, especialmente, dos juros altos revelou na Associação Comercial, uma rápida retomada dos protestos e das concordatas já no início des-

te ano. "Por isso consideramos importantes essas medidas do governo. O momento também foi oportuno — disse Troussard — evitando um efeito em cascata na economia, onde uma empresa que não paga, prejudica a outra."

Há um adendo importante: a "frente empresarial" afirmou e reafirmou que essas medidas apenas "apagaram o fogo" e que não representam a solução final para o aperto das empresas e do contribuinte. "São medidas emergenciais que atendem itens importantes, num momento em que é preciso preservar a base da democracia econômica e política, que é o micro, pequeno e médio empresário", destacou Abran Szajman.

Amato acrescentou, e Roberto Della Manna procurou dar ênfase, para o seguinte fato: o lobby (grupo de pressão) empresarial não vai parar por aí. Agirá ativamente junto ao Congresso Nacional no sentido de dar uma redação mais realista ao Estatuto da Microempresa. Della Manna, do Ceag, lembrou os grandes entraves burocráticos que ainda impedem o desenvolvimento do setor no Brasil. Ele recordou que só o setor bancário tem 27 critérios de enquadramento para o conceito de microempresa.

Finalmente, "a frente" descartou qualquer forma de apoio à proposta de Pedro Cascaes de uma marcha em direção a Brasília. Em coro, enfatizaram os empresários: essa não é a via adotada pela "frente" dentro do quadro econômico atual. O objetivo, agora, antecipou Della Manna, é levar a sério a elaboração do novo Estatuto, "que dê condições de uma passagem sem traumas da micro para a pequena e média empresa". Ressaltou que esse tipo de ação, como a proposta por Cascaes, que não leva a nada; só projeta algumas pessoas que se aproveitam do micro e pequeno empresário, sem dar nada de volta a esse segmento.

Sergio Leopoldo Rodrigues